

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Orientações Gerais sobre as ações de Saúde Bucal no Programa Saúde na Escola

A avaliação e promoção de saúde bucal é ação essencial que integra o Componente I do Programa Saúde na Escola (Avaliação das Condições de Saúde) e se configura como uma forma do cirurgião-dentista e a equipe de saúde bucal identificarem sinais e sintomas relacionados a alterações identificadas em educandos matriculados nas escolas participantes do Programa. Com base nessa avaliação, é possível planejar ações para a promoção da saúde bucal, que está inserida num conceito amplo de saúde que transcende a dimensão meramente técnica do setor odontológico, promovendo uma integração às demais práticas de saúde coletiva. Significa a construção de políticas públicas saudáveis, o desenvolvimento de estratégias direcionadas a todas as pessoas, como políticas que garantam o acesso à água tratada e fluoretada, a universalização do uso de dentifrício fluoretado e escova dental e assegurem a disponibilidade de cuidados odontológicos apropriados (BRASIL, 2009). As ações devem mostrar a importância da saúde bucal relacionada com os atos de sorrir, mastigar, engolir e falar.

Ações clínicas resolutivas devem ser desenvolvidas e acompanhadas pela equipe responsável pelo território. O uso racional de flúor direcionado para grupos mais vulneráveis, além da realização de escovação supervisionada nas escolas, são estratégias de controle de doenças bucais sustentadas por evidências de efetividade. Entretanto, sua efetividade está relacionada à integração a outras estratégias coletivas de promoção da saúde desenvolvidas no ambiente escolar.

O envolvimento dos escolares, pais e responsáveis, bem como de profissionais de educação nas atividades, é indicado como importante estratégia que pode oportunizar o reconhecimento de problemas, seus determinantes e fatores de risco associados, favorecendo o empoderamento individual e coletivo. Este envolvimento também reforça a importância da participação de todos no cuidado com a saúde bucal. Além disso, podem ser importantes momentos de mobilização coletiva para práticas educativas que favoreçam o aprendizado e o controle social sobre as estratégias necessárias neste ambiente comunitário.

Ações de Saúde Bucal:

1. Avaliação da saúde bucal

A ação deve ser realizada uma vez ao ano, com o objetivo de avaliar o estado de saúde bucal e situações de maior vulnerabilidade, identificando os estudantes com necessidade de cuidados específicos. Para o seu desenvolvimento é importante a organização prévia de espaço e ambiente adequado para sua condução, o que deve ser feito em conjunto pela equipe de saúde e de educação. Um ambiente iluminado, com boa ventilação, com disponibilidade de uma pia para lavagem das mãos e instrumentais utilizados, bem como materiais descartáveis para exame clínico e documentos para registro das informações, são aspectos e insumos importantes a serem contemplados. Os materiais necessários para a execução da avaliação de saúde bucal dos educandos incluem: luvas de procedimentos descartáveis, espátulas de madeira, lixeiras, algodão, gaze, fichas para registro das informações e caneta.

No caso de crianças e adolescentes menores de 18 anos, antes de fazer a avaliação de saúde bucal deve ser obtida autorização dos pais ou responsável por meio da assinatura de termo de consentimento, além do termo de assentimento da criança, conforme normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Mais informações podem ser obtidas no sítio eletrônico do Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (SISNEP) - <http://portal.saude.gov.br/sisnep/>.

Além de condições específicas como dor de dente, dentes cariados, dentes ou restaurações fraturadas, alterações visíveis nos tecidos moles da boca, alterações periodontais e oclusais severas, é importante registrar a exposição a fatores comuns de risco a doenças crônicas (doenças bucais, diabetes, obesidade, hipertensão arterial, dentre outras), como aspectos ligados à alimentação, especialmente consumo de açúcar, uso de produtos de tabaco, higiene, violência e estresse.

A partir da avaliação, o cirurgião-dentista poderá encaminhar os escolares que apresentarem necessidade de tratamento odontológico para serem atendidos na Unidade Básica de Saúde mais próxima, onde deverá ser feito o devido exame clínico,

compreendendo a anamnese e o exame físico (intra e extra-oral), com base no qual deverá ser estabelecido o plano de tratamento adequado para cada caso.

Todos os educandos identificados com alterações devem ser registrados na Ficha de Atividade Coletiva do sistema e-SUS AB, sistema de monitoramento vigente para as ações do Componente I do PSE. Para acompanhamento dos educandos encaminhados para a Rede de Atenção à Saúde é fundamental que sejam identificados através do número do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS), em campo específico no verso da ficha.

2. Escovação dental supervisionada

O planejamento das ações educativas deve ser feito em conjunto com a Escola, sendo indispensável a presença do cirurgião-dentista e dos professores. A educação em saúde pode ser parte das atribuições de todos os membros das equipes de Atenção Básica e pode fazer parte dos conteúdos do currículo escolar ministrado pelo professor com orientação da Equipe de Saúde Bucal.

Nesse contexto, a escovação dental supervisionada tem o objetivo de orientar e estimular os educandos a incorporar hábitos de higiene bucal, além de disponibilizar o flúor na cavidade bucal, por meio do creme dental. Contribui para a prevenção de doenças bucais, mais especificamente cárie dentária e doença periodontal. Pode ser realizada na educação infantil, no ensino fundamental e médio. O Ministério da Saúde divide em duas modalidades essa ação: a) escovação dental supervisionada indireta; e b) escovação dental supervisionada direta.

A escovação bucal supervisionada indireta deve ser realizada no ambiente escolar, diariamente, semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente após a alimentação oferecida nas escolas, por professores devidamente capacitados pelo cirurgião-dentista e/ou auxiliar/técnico em saúde bucal. A escovação dental supervisionada direta, com orientação/supervisão de um profissional, pode ser realizada com frequência trimestral, quadrimestral ou semestral de acordo com a decisão local, em função dos recursos disponíveis, da adequação técnica, da viabilidade, dentre outros fatores a considerar na programação local. Cabe salientar que os profissionais de saúde envolvidos atuam diretamente do planejamento, execução e avaliação das ações. O material de apoio

necessário para desenvolver essas atividades é: escova dental, creme dental, fio dental, espelho grande, pia com torneira.

Durante a escovação dental supervisionada direta, o profissional em saúde bucal deve avaliar, periodicamente, a qualidade do ato individual de escovar os dentes, orientando os educandos para as áreas e superfícies que exigem esforço adicional. Para que a avaliação seja compartilhada com os educandos, recomenda-se que o biofilme dental seja evidenciado e que os educandos sejam incentivados a complementar a escovação, sem o uso do dentífrico, nas áreas e superfícies necessárias. É nessa modalidade também que a qualidade da escova é avaliada quanto ao desgaste, deformação das cerdas e outros aspectos, e que escovas e cremes dentais são distribuídos. O objetivo dessa atividade é essencialmente qualitativo, visando aprimorar as habilidades dos educandos no uso da escova para desorganizar o biofilme dental.

Publicações

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:

http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/livro_guia_fluoretos.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Saúde Bucal. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/diretrizes_da_politica_nacional_de_saude_bucal.pdf

Resumo das informações

A Linha de ação de Saúde Bucal, pertencente ao componente II e uma ação essencial, tem como objetivo promover e avaliar o estado de saúde bucal e identificar os educandos com necessidade de cuidado em saúde bucal. O público-alvo são educandos das

creches, pré-escolas, ensinos fundamental, médio e educação de jovens e adultos (EJA). A periodicidade da ação ocorre uma vez por ano com escovação dental supervisionada: no mínimo uma vez por semestre (duas vezes por ano) e aplicação tópica de flúor de acordo com as necessidades identificadas pela equipe.

A meta pactuada deverá ser a avaliação dos educandos das creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e EJA pactuados no período de 12 meses (peso 0,5) e a escovação dental supervisionada direta realizada duas vezes por ano com educandos das creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e EJA pactuados no período de 12 meses (peso 0,5). O registro das ações deverá ser realizado no sistema de monitoramento e-SUS. O indicador é o percentual de educandos avaliados e participantes da ação de promoção em relação ao total pactuado e percentual de educandos com sinais de alteração (necessidade de cuidados em saúde bucal) dentre os avaliados. Para o ano de 2013 essa é uma ação essencial.